

## Sociologia e relações internacionais

L. A. COSTA PINTO  
(Da Universidade do Brasil)

*Ensinar a Sociologia como disciplina fundamental, imprescindível mesmo, para explicar toda e qualquer atividade do Estado — eis o que, em última análise, pretende o Autor deste trabalho. Aqui, em especial, êle mostra o aspecto sociológico no que concerne às relações internacionais, os fios invisíveis que ligam tôdas as faces dêsse tipo de intercâmbio entre as nações. Diga-se, de passagem, que se trata de um artigo bem pensado, com argumentos seguros e capazes de sugerir idéias relativamente ainda pouco discutidas nessa esfera do conhecimento social, mormente pelos que se prendem a um certo academismo. (N.R.).*

A ciência social contemporânea está começando a compreender que o problema das relações internacionais não se circunscreve ao campo exclusivamente jurídico, pois que tem origem e se desenvolve em esferas e setores mais amplos da realidade objetiva que recaem em cheio no campo da sociologia. Esta verificação, que de há muito parecia evidente por si mesma a sociólogos europeus mais libertos de preconceitos acadêmicos (1), representa, quando feita pelos sociólogos norteamericanos (2), um avanço metodológico decisivo. Isto porque o tratamento de problemas marginais entre a sociologia e a política parecia sempre condenável aos olhos dos pragmatistas intransigentes, que confundiam “obtusidade” com “objetividade”...

Partindo da concepção ingênua de que a realidade social pode ser dividida em setores estanques, uns passíveis de análise científica, outros

abandonados à sanha da pugna ideológica, só lidavam com os primeiros — e essa tomada de posição, profundamente suspeita, corria mundo com o nome de “ciência objetiva”...

O ansêio recente, revelado por sociólogos acadêmicos, de trabalharem em campos que haviam largado até hoje ao amadorismo para-sociológico indica, mais uma vez, o grau e a natureza da revolução metodológica que a sociologia está sofrendo, no esforço que faz para libertar-se das limitações acadêmicas e superar a sua crise. Ao lado, porém, da importante significação metodológica que apresentam as tentativas de formar uma sociologia das relações internacionais — e sobre a qual não insistiremos aqui — queremos ressaltar os limites do novo campo de estudos, seus principais problemas, suas técnicas de trabalho, bem como os objetivos humanos que abriga, no sentido de contribuir, em última análise, para a paz e o entendimento entre as nações.

O estudo sociológico das relações internacionais — que não constitui ciência nova mas sim um novo “*approach*” aos problemas da sociedade internacional — parte da verificação de que o desenvolvimento, na era capitalista, dos meios e das técnicas de comunicação criou uma teia de relações materiais que transcendem as barreiras locais, regionais e nacionais; enquanto que, por outro lado, no plano cultural e político as relações que se estabelecem entre as nações deixaram de acompanhar, quase sempre, a envergadura e o sentido das transformações operadas na base material das relações internacionais. A criação de um mercado mundial, episódio fundamental da história do regime capitalista, foi a grande ponte lançada sobre os particularismos nacionais. Para justificar e racionalizar o mercado mundial e para integrar seus efeitos sociais num estilo de vida e de civilização, surgiram ideologias que preconizavam uma mentalidade aberta ao chamado “espírito inter-

(1) Vide JACQUES LAMBERT, “Les Relations Internationales”, in *Les Sciences Sociales en France, Enseignement et Recherche* (1937), pág. 302 e ss.

(2) Vide HELMUT G. CALLIS, *The Sociology of International Relations*, “*American Sociological Review*”, Vol. 12, n.º 3, June 1947, pág. 323 e ss.

nacional", sob a forma de cosmopolitismo burguês, agindo assim, revolucionariamente, sobre todos os remanescentes da economia fechada, nucleada, circunscrita, feudal e feudalizante que o capitalismo historicamente substituía.

Nesse tempo, como em todos os tempos em que situações semelhantes se repetem, mercadores e capitães de indústria de alguns países apareciam como modelos de "cidadãos do mundo", homens libertos de "provincialismos", campeões de uma "governo mundial" — espécie de extrapolação o ecumênica de seus próprios governos. Essa não era a atitude assumida, porém, por aqueles organismos nacionais à custa dos quais se criava o mercado mundial e que dêle queriam participar de outro modo que não o de "parente pobre".

Sempre têm coincidido, portanto, por via desses fatores objetivos, — um espírito nacional, acentuado e militante às vezes, contrário a êsse tipo vertical de "internacionalização", e, de outro lado, o cosmopolitismo vitoriano, principalmente alfandegário, das nações de economia capitalista desenvolvida. E é exatamente a alternância e a mudança das posições assumidas pelas diversas nações nesse tabuleiro o que determina, por sua vez, as mudanças históricas dos diversos grupos, exatamente pelo fato deles serem, também e ao mesmo tempo, grupos econômicos e grupos políticos.

A irreduzibilidade desses pontos de vista gerou, no plano da sociedade internacional, todo um ciclo de guerras, ciclo ainda inacabado, em que, por outros meios, se procuram soluções para o problema básico da convivência entre as nações.

Enquanto se multiplicavam e aperfeiçoavam as possibilidades técnicas de contatos sociais inter-grupais, sucediam-se, no plano jurídico, as tentativas de sistematizar as normas de convivência internacional, de criar mecanismos de conciliação, arbitragem e sanção nos casos em que a norma fôsse violada.

A inadequação dos planos e organismos jurídicos criados para resolverem os problemas das relações internacionais é um testemunho quase dramático de que, resultante sempre das correlações de forças dominantes em cada época, êsses planos e organismos eram, invariavelmente, hospedeiros e veículos dos males que visavam curar. E se é verdade que a utopia começa quando se pretende solucionar problemas conservando as es-

truturas que os determinam e engendram, aquelas soluções, encaradas como soluções, jamais passaram, ao que parece, de sonoras utopias cujo fracasso, de outro lado, bem indica que os problemas da sociedade internacional são de *estrutura* e não apenas *formais*.

A compreensão da natureza estrutural dos problemas internacionais por parte de observadores e estudiosos significará, definitivamente, a passagem de uma atitude primária para uma atitude científica na análise desses mesmos problemas.

A ciência das relações internacionais, que reúne e elabora os dados concernentes que lhe podem fornecer tôdas as ciências sociais, pretende ser um passo decisivo nesse sentido, demonstrando o quanto há de pré-científico e ingênuo nessas concepções que partem da noção de que o problema é moral, ou doutrinário, ou racial, ou geográfico, o que tudo redundará, direta ou indiretamente, na conclusão de que êle é, intrinsecamente, insolúvel. (3) Para substituir essas noções simplistas e acadêmicas à sociologia aplicada ao estudo das relações internacionais cabe demonstrar, preliminarmente, o caráter institucional, estrutural dos problemas que compõem o seu campo de estudos.

Dizendo-se que o problema das relações internacionais é estrutural pretende-se indicar com isso que não é possível entender cientificamente o aspecto "*problema*" sem compreender primeiro o aspecto "*situação*", ou estrutura, pois se as instituições são cristalizações da vida social é a análise da estrutura e ritmo da sociedade internacional, em cada conjuntura, que há de fornecer o máximo de luz à análise teórica e à solução prática dos problemas que afetam as instituições internacionais. Quando se diz que o modo científico de realizar o estudo das relações internacionais consiste em encará-las como problemas estruturais queremos indicar que êles são, simultaneamente, morais, culturais, demográficos, políticos, jurídicos, pois que em tôdas essas esferas se revela a situação fundamental que é a resistência que relações sociais historicamente ultrapassadas

(3) Uma exposição crítica de diversos pontos de vista sobre o assunto fizemos em "*Guerra e Organização Social*", conferência pronunciada para oficialidade e alunos do C.P.O.R. do Ar e Regimento Aéreo da Base do Galeão.

opõem às novas relações sociais que a história engendra.

As relações internacionais, analisadas assim sob um prisma histórico-funcionalista, representam, via de regra, e extrapolação, num plano mais amplo, de relações sociais internas e sem a análise comparativa dessas estruturas sociais internas dos vários corpos nacionais — com a preocupação de compreendê-las e não de hierarquizá-las — qualquer generalização resulta em equiparação descuidada de situações sociais radicalmente diversas.

A análise da relatividade cultural que predomina na sociedade internacional, por outro lado, não deve se deter na constatação da existência da relatividade cultural, que por si mesmo se evidencia; dizer que o “caráter nacional inglês é diverso do “caráter nacional” do italiano; ou que o “destino” nos ligou a franceses ou norte-americanos; ou que indus e mussulmanos “jamais” se unirão; ou, como é tão freqüente, opôr “ocidente” e “oriental” como polos inconciliáveis — são muitos e preconceitos que à sociologia só interessam como objeto de estudo e nada mais, pois com seu escopo científico nada têm de comum. O estudo da relatividade de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que coexistem na sociedade internacional não se deve deter, portanto, em tais generalidades: vai à análise da organização social interna de cada país como meio de compreender os pontos de partida de seu comportamento internacional; interessa-se por investigar a formação histórica de cada uma e os modos predominantes de resolver os problemas sociais que lhe são próprios pois, em certo sentido, o modo como cada sociedade nacional considera e resolve suas diferenciações internas projeta-se, direta ou indiretamente, no modo como considera e resolve as diferenças no plano internacional.

E’ de importância fundamental nessa análise verificar até onde se confirma, no campo das relações internacionais, a hipótese sociológica que Mannheim formulou nos seguintes termos: “*people tend to imitate the actions and opinions of the ruling classes and national character in this sense is really the behavior which is characteristic of the ruling classes and is gradually adopted by their*

*subordinates*”. (4) Ver-se-á, então, mais uma vez — como definiu com toda clareza o Prof. Lambert (*loc. cit.*) — que a sociologia das relações internacionais não é ciência nova mas apenas a extensão a um campo mais largo de hipóteses de trabalho e de premissas metodológicas que se revelaram válidas no estudo da organização social interna de cada país. Quer na sociedade nacional, quer na sociedade internacional, os padrões de valores pelos quais os homens lutam não são “*glorious slogans*,” como lembrava há pouco tempo Edward Kardelj, em excelente estudo sobre a política mundial, (5) mas antes formam, com o sistema de estratificação social e seu complemento ideológico respectivo, “*a compact system of great rigidity*”, na expressão do Prof. T. Parsons (6), que precisa ser estudado em conjunto, em toda sua complexidade, como “*gestalt*” que realmente é.

Um escopo rigorosamente científico — ou corajosamente científico, já que nesses tempos que passam a coragem é não raro a qualidade que mais se exige do cientista social — é o de que carece o estudo sociológico das relações internacionais, não apenas pelo decôro do cientista que se não quiser limitar as generalidades do cronista, mas também porque essa atitude mental é a única que pode isentar o sociólogo de se servir aos “*vested interests*” e às suas carapaças ideológicas. Se em qualquer campo das ciências sociais o preconceito ideológico é ameaça constante contra a pureza da observação científica, fácil é compreender que no estudo das relações internacionais do nosso tempo esses perigos se multiplicam, tão próximos que estão quase inerentes, à sociologia acadêmica.

Numa era que se caracteriza por transformações rápidas e profundas, em que os processos so-

(4) Vide K. MANNHEIM, *Man and Society in an Age of Reconstruction* (1940), pág. 24. Para maior desenvolvimento vd., do mesmo autor, *Libertad y Planificacion Social* (trad. 1942) e K. MARX, *The German Ideology* (trad. 1939) — *passim*.

(5) Vide E. KARDELJ, *World Imperialism Today*, in “*Labour Monthly*”, June 1947, pg. 183 ss.

(6) Vide T. PARSONS, *The Problem of Controlled Institutional Change*, in “*Psychiatry*”, Vol. VIII, n.º 1, Feb. 1945, pág. 97. Vd., também, F. Stuart Chapin, *Some Psychological Cross Currents that May Affect Peace Plans*, in “*American Sociological Review*”, Vol. VIII, n.º 1, Feb. 1944, pág. 21.

ciais se aceleram, essa aceleração traduzindo-se em problemas internacionais de toda ordem, — é evidente que o perigo maior, no que se refere à interferência de preconceitos ideológicos, que pode perturbar o estudo científico das relações internacionais são os de origem e sentido conservador. Quando o *status quo* se altera os que pretendem sua alteração encontram-se, automaticamente, sincronizados com as tendências profundas que operam na própria realidade e só os que desejam conservar é que têm de criar mecanismos de defesa, racionalizações, sistemas ideológicos que não raro se instalam nas ciências sociais procurando atrair para determinadas estruturas de valores, historicamente determinadas, todo o prestígio e a autoridade permanente da ciência.

Basta, aliás, olhar para os estudos mais recentes sobre os problemas das relações internacionais e ver-se-á o quanto ainda se confundem, nesta esfera, ciência e ideologia, opiniões e conhecimentos.

Importa-nos destacar porém que é esta precisamente a magia de toda a ciência e especialmente da sociologia: compreender os processos que se desenrolam à nossa vista e armar os homens dos meios necessários para uma participação consciente nesses processos. E nisto é que reside o que há de mais fascinante e de mais sacrificante no estudo da sociologia das relações internacionais.

Uma revisão crítica do material doutrinário existente sobre os problemas da sociedade internacional é outro passo preliminar do lançamento, em bases científicas, de seu estudo. Os estudos mais recentes sobre a última guerra fornecem exemplos típicos a esse respeito.

Veja-se, por exemplo, o quanto ainda é difundida a noção de que a segunda guerra mundial foi devida aos "imutáveis instintos guerreiros dos alemães", como diz Vansittart, que na Inglaterra é o mais notório representante dessa corrente de opinião. (7) A prova de laboratório e a experiência histórica, sociologicamente elaborada, negam a teoria racista e, entretanto, toda uma explicação de acontecimentos recentes, que visaram precisamente destruir uma organização política que fazia da discriminação racial razão de Esta-

(7) Sobre este e outros pontos de vista, vide as observações críticas de P. Fedoseiv, *La Sociología Burguesa Contemporânea y los Problemas de la Guerra y la Paz*, (1947).

do, ainda encontra, na conjuntura mundial de nossos dias, condições para ressurgir e florescer.

Se notarmos, porém, como alguns "torios" britânicos extraem daquela teoria a concepção de que não cabe aos "guerreiros de raça alemã" mas sim aos "povos de língua inglesa" o governo ultrapatriarcal do mundo — compreende-se, dentro de um critério funcionalista, as posições diversas e a unidade substancial que podem assumir, na explicação dos problemas internacionais, os preconceitos ideológicos. Semelhante à concepção racista é a trajetória de outras concepções não menos messiânicas que procuram apresentar a guerra como inerente à natureza humana, ou a geografia ou à soberania nacional. (8)

Este último ponto de vista costuma ter efeitos fascinantes sobre os espíritos generosos mas desprevenidos e por isto mesmo tenta-se inculcá-lo, a todo transe, na ciência, sem consideração e análise das circunstâncias históricas que o engendram e sustentam.

Segundo os defensores dessa opinião, enquanto houver nações soberanas a paz é impossível; a renúncia à soberania é o passo que precisa ser dado pelos povos que querem a paz mundial. E para esse *slogan* pedem a confirmação da ciência... (9)

Não é por mera coincidência que os defensores de tais concepções se recusam, sistematicamente, a estudar, em cada tempo e em cada lugar, as causas que determinam o choque militar entre nações soberanas e partindo da preliminar arbitrária de que é a soberania *em si* que determina as guerras, con-

(8) Vide H. N. BRAILSFORD, *The German Problem* (1945); Mortimer Adler, *How to Think about War and Peace* (1944); Quincy Wright, *A Study of War*, 2 vols. (1944); M. Straighth, *Make this the Last War* (1943); J. Lambert, *Quatre Conférences* (1945); André Gros, *Barbares ou Humains* (1942) — para uma exposição e crítica de teorias recentes concernentes ao assunto.

(9) O Professor J. Lambert publicou, em 1931, as aulas dadas na "Chaire de la Paix", da Faculdade de Direito de Lyon, num volume intitulado *Les Nations contre la Paix*, em que defendia pontos de vista semelhantes sobre a soberania nacional, que, de resto, eram os predominantes na época entre intelectuais europeus, especialmente os juristas influenciados pela propaganda pacifista que preparou o terreno psicológico para a política de apaziguamento e a capitulação de Munich. Apraz-nos declarar, entretanto, a bem da verdade, que do próprio Professor Lambert, dez anos depois, tivemos a satisfação de ouvir pessoalmente a declaração de que não mais subscrevia os pontos de vista esposados em 1931. O mesmo facilmente se depreende, aliás, da leitura de suas *Quatre Conférences*, pronunciadas em 1945, na aculdade de Direito de Recife, supra-citadas.

cluem pela solução simplista de que a negação da soberania significa a paz. Ocorre, porém, que esta soberania *em si* é pura ficção, pura criação cerebrina de ideólogos de uma soberania única feita às custas da soberania alheia. O que importa sociologicamente é investigar, em cada caso, dentro de cada conjuntura, *quem* determina internamente o comportamento da nação soberana na sociedade internacional e *como* a soberania, em cada situação, entra em conflito com outra esfera de soberania nacional.

Essa análise minuciosa revelará, sem sombra de dúvida, que nada existe de inerente e implícito à soberania que acarrete, necessariamente, a guerra entre nações soberanas.

Outros consideram que as guerras, e a segunda guerra mundial especialmente, resultam de fatores psicológicos. E este foi, lamentavelmente, o ponto de vista oficializado, segundo parece, pela "Carta da UNESCO", onde se lê: "Se a guerra começa na mente dos homens, é na mente dos homens que a defesa da paz precisa ser erguida". A terapêutica que daí resulta, e que constitui a tarefa específica daquele organismo internacional, é educação, rela-

ções culturais, bolsas de estudo, intercâmbio intelectual, congressos e exposições pacifistas...

A' sociologia, em verdade, a legenda famosa da UNESCO, afigura-se mais a formulação de um desejo do que o diagnóstico de uma situação de fato. Se os fenômenos que se processam na sociedade internacional só podem ser compreendidos estruturalmente, transferir sua gênese para a natureza humana resulta em mistificação. A rigor nem mesmo existe isso que foi chamado "mente humana", senão indissociavelmente ligada a uma estrutura social e dela fluindo, permanentemente, como produto. A concepção esposada pela UNESCO, é preciso que se diga, recua o problema para o estado em que se encontrava há algumas décadas atrás. (10)

Sem dúvida, reconhecemos que substituir tôdas essas falsas noções por noções científicas é tarefa que demanda esforços não pequenos. Mas não é característico da ciência recuar ante os problemas; pelo contrário, é dêles que a ciência se nutre.

---

(10) Vide John Dewey, "Human Nature" in *Encyclopaedia of Social Sciences*, Vol. 7. E note-se que o progresso ulterior da sociologia e da psicologia social só fizeram confirmar a retificação do "bias" psicologista criticado por Dewey neste estudo.